

RÚSSIA E UCRÂNIA: UM NOVO HOLOCAUSTO OU RUSSOFOBIA?

Felipe Antunes [1] (Unisecal- Universidade Santa Amélia)
Prof.ª Esp Lana Bruna Cunha Alves Laurentino [2] (Unisecal- Universidade Santa Amélia)

RESUMO: O presente trabalho, tem como ponto de partida responder a questão: Quais foram os crimes de guerras cometidos pela Rússia, e quais as consequências jurídicas e qual a eficácia da condenação nos tribunais internacionais? Para responder a esse questionamento, foram empregados dados e critérios embasados no direito internacional, utilizando uma abordagem metodológica bibliográfica qualitativa. Tendo como base relatórios oficiais da ONU, OHCHR, e outros órgãos internacionais de relevância jurídica e humanitária, durante todo o conflito observa-se, desse modo, que entre a Ucrânia e a Rússia repercute em esferas globais, influenciando tanto o âmbito econômico quanto o social e transgredindo diversas fronteiras internacionais, inclusive no Tribunal Penal Internacional. Diante dessa premissa, tornou-se imperativo reunir informações concretas para destacar crimes de guerra e crimes contra a humanidade juntamente com documentos e relatórios emitidos por fontes secundárias e primárias de suma relevância, resultando, assim, em uma evidente instabilidade global com precedentes nunca vistos antes.
Palavras chaves: Crimes de guerra. Rússia. Ucrânia. Tribunal Penal internacional. Estatuto de Roma.

RUSSIA AND UKRAINE: A NEW HOLOCAUST OR RUSSOPHOBIA?

ABSTRACT: The present work aims to answer the following question: What were the war crimes committed by Russia, and what are the legal consequences and the effectiveness of their condemnation in international courts? To address this question, data and criteria grounded in international law were employed, using a qualitative bibliographic methodological approach. Based on official reports from the UN, OHCHR, and other international bodies of legal and humanitarian relevance, it is observed throughout the conflict that the repercussions between Ukraine and Russia extend to global spheres, impacting both economic and social domains and violating various international boundaries, including those addressed by the International Criminal Court. Given this premise, it became imperative to gather concrete information to highlight war crimes and crimes against humanity, along with documents and reports issued by highly relevant primary and secondary sources, resulting in evident global instability with unprecedented precedents.
Keywords: War crimes. Russia. Ukraine. International Criminal Court. Rome Statute.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo central investigar os crimes de guerra cometidos pela Rússia no conflito com a Ucrânia, analisando as consequências jurídicas desses atos e a eficácia das condenações nos tribunais internacionais. A guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em 2022, não apenas redefiniu o cenário geopolítico global, mas também trouxe à tona graves violações do direito internacional humanitário, incluindo crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Essas violações demandam uma análise crítica dos mecanismos de justiça internacional e sua capacidade de responsabilizar os perpetradores, especialmente em um contexto onde a Rússia não é signatária do Estatuto de Roma, criando um abismo jurídico significativo.

Nesse contexto, o estudo busca identificar casos recentes de crimes de guerra, documentando e analisando as evidências disponíveis por meio de relatórios de organizações internacionais como a ONU

[1] Acadêmico do 9º Período de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Santa Amélia – Unisecal, Ponta Grossa, Paraná. E-mail: antunesfeh9@gmail.com
[2] Professora Orientadora. Especialista em Direito, pela Faculdade Artur Thomas, Trabalho de Curso no Curso de Bacharelado em Direito no Centro Universitário Santa Amélia – Unisecal, Ponta Grossa, Paraná. E-mail: prof.lanalaurentino@gmail.com

e a OHCHR. Além disso, examina as consequências humanitárias e socioeconômicas do conflito, destacando o impacto sobre a população ucraniana e a crescente rejeição da sociedade russa em relação à guerra. Por fim, avalia a eficácia dos mecanismos de justiça internacional, como o Tribunal Penal Internacional (TPI) e tratados relevantes, na prevenção e punição desses crimes, questionando até que ponto essas instituições conseguem garantir justiça em meio a complexidades políticas e jurídicas.

A metodologia empregada neste trabalho é qualitativa e bibliográfica, baseando-se em fontes primárias e secundárias, incluindo relatórios oficiais, artigos acadêmicos e análises de especialistas. A estrutura do artigo está organizada em seções que abordam: (1) o contexto histórico e as fases do conflito; (2) os crimes de guerra cometidos e sua documentação; (3) as consequências humanitárias e socioeconômicas; e (4) a resposta internacional e a eficácia dos tribunais. As considerações finais sintetizam as principais conclusões, reforçando a necessidade de cooperação internacional para enfrentar os desafios jurídicos e humanitários decorrentes do conflito.

Este estudo não apenas contribui para a compreensão dos crimes de guerra no cenário contemporâneo, mas também destaca a importância do direito internacional como ferramenta para promover justiça, mesmo em contextos de alta complexidade política. Ao final, espera-se oferecer *insights* sobre como a comunidade internacional pode fortalecer seus mecanismos para prevenir futuras violações e garantir que os responsáveis sejam devidamente punidos.

2 A GUERRA DA UCRÂNIA E NA RÚSSIA

A Ucrânia, segundo a *National Geographic* (2023) é um país localizado na Europa Oriental, tem uma extensão territorial de 603.628 quilômetros quadrados e uma população de 38 milhões de habitantes ucranianos. Sua capital é Kiev, onde se encontra o centro político e cultural do país. Com um clima temperado, a Ucrânia é governada por uma república semipresidencialista e seu idioma oficial é o ucraniano. Sendo seu presidente o Volodymyr Zelensky, sendo a moeda oficial da Ucrânia, a Hryvnia.

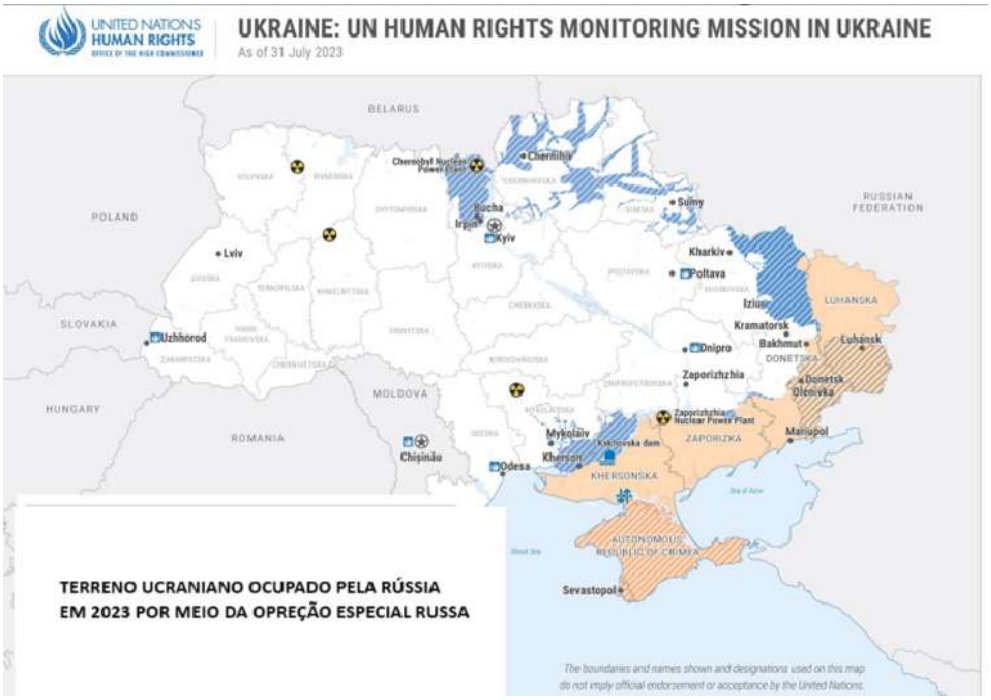
A Rússia no tocante territorial é o maior país do mundo, abrange tanto a parte europeia quanto a asiática, sendo cada uma a maior em seus respectivos continentes. Com uma área total de 17.098.246 quilômetros quadrados, a Rússia ocupa 3,35% da superfície terrestre do planeta, superando até mesmo a extensão da Antártica, Canadá e China. Segundo dados da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, sua população totaliza aproximadamente 145,9 milhões de pessoas, com a capital Moscou abrigando cerca de 12,4 milhões delas. O rublo é a moeda oficial, e o russo é o idioma predominante no país, *National Geographic* (2023).

Desde o início do conflito em 24 de fevereiro de 2023 até outubro de 2023, é possível identificar claramente três etapas distintas. A primeira fase, que começou em 24 de fevereiro, foi marcada por uma invasão em grande escala, com ataques ocorrendo em várias frentes e uma tentativa das forças armadas russas de capturar a capital Kiev, possivelmente com o objetivo de derrubar o governo liderado por

Zelensky, *National Geographic* (2023). Dado o rápido avanço das tropas russas, muitos acreditavam que essa operação duraria apenas algumas semanas.

No entanto, as forças russas não conseguiram alcançar esses objetivos, recuando tanto da capital quanto da frente norte. No entanto, obtiveram ganhos significativos na frente sul, onde ocuparam partes das regiões de Kherson e Zaporizhzhia, deixando assim um rastro de destruição e morte de civis e militares Ferraro (2022, p. 5).

IMAGEM 1: Presença militar russa na fronteira com a Ucrânia antes do conflito.



Fonte: Desenho gráfico adaptado do mapa publicado pela OHCHR, 4 de outubro de 2023. Informações obtidas em 27 de outubro de 2023

Com base nos eventos mencionados anteriormente a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia é objeto de análise, com foco nas constatações relativas aos acontecimentos ocorridos no final de fevereiro e março de 2022 nas províncias de Kiev, Chernihiv, Kharkiv e Sumy. Essa investigação foi conduzida a pedido do Conselho de Direitos Humanos, conforme estipulado em sua resolução S-34/1 (ONU, 2022).

No decorrer da primeira fase deste estudo, foi constatado que ocorreram crimes de guerra e violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário na Ucrânia a partir de 24 de fevereiro de 2022. A responsabilidade pela grande maioria dessas violações foi atribuída às forças armadas russas. Ademais, foram observadas violações do direito internacional humanitário perpetradas pelas forças ucranianas em alguns casos, incluindo incidentes caracterizados como crimes de guerra (ONU, 2022).

Mas para o aprofundamento deste assunto, existe a necessidade de compreender o início do conflito, desta maneira em 24 de fevereiro de 2022, o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, anunciou o

início de uma "operação militar especial" com o objetivo de "desmilitarizar e desnazificar" a Ucrânia. No mesmo dia, as forças armadas russas cruzaram várias fronteiras em direção à Ucrânia, incluindo a partir da Bielorrússia, e iniciaram ataques por terra, mar e ar. Anteriormente, o Presidente Putin havia reconhecido as regiões de Donetsk e Luhansk, no leste da Ucrânia, como repúblicas independentes. O Conselho da Federação da Rússia posteriormente aprovou a operação militar na Ucrânia.

Pedidos de um imediato cessar-fogo foram feitos. Após uma resolução que solicitava à Rússia que parasse de usar a força contra a Ucrânia não ter sido aprovada no Conselho de Segurança devido ao veto russo, a Assembleia Geral, em sua resolução ES-11/1 de 2 de março de 2022, exigiu que a Rússia parasse imediatamente de usar a força contra a Ucrânia e retirasse todas as suas forças militares do território ucraniano imediatamente, completamente e incondicionalmente.

Em sua resolução 49/1 de 4 de março de 2022, o Conselho de Direitos Humanos destacou a necessidade urgente de que a Rússia cessasse suas hostilidades militares contra a Ucrânia. Em 16 de março de 2022, a Corte Internacional de Justiça ordenou que a Rússia suspendesse suas operações militares.

Diversos estados e entidades regionais condenaram a operação militar, exigiram seu fim e impuseram sanções econômicas abrangentes, bem como outras medidas. Até o momento, as tentativas de negociação direta e indireta não obtiveram sucesso (ONU, 2022). Toda via, como a Rússia não é mais signatária dos tratados referentes, os órgãos internacionais ficam sem uma possibilidade efetiva de intervenção.

3 DOS CRIMES DE GUERRA NA UCRÂNIA E SUA COMPETÊNCIAS

O Tribunal Penal Internacional teve sua origem no Estatuto de Roma de 1998 e foi estabelecido na cidade de Haia, nos Países Baixos, em 2002. O Estatuto de Roma enumera os tipos de crimes sob a jurisdição do Tribunal, que inicialmente incluem genocídio (conforme o artigo 6º), crimes contra a humanidade (conforme o artigo 7º) e crimes de guerra (conforme o artigo 8º). Posteriormente, o documento passou por uma revisão que resultou na inclusão de outro crime internacional.

A competência do Tribunal Penal Internacional é inicialmente definida com base na matéria (*ratione materiae*), limitando-se aos crimes mais graves que afetam a comunidade internacional como um todo, também conhecidos como "core crimes". Esses crimes estão tipificados no artigo 5º do Estatuto de Roma e incluem genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e o crime de agressão (Santos, 2022, p. 167). No qual o artigo 5º do Estatuto de Roma fala:

> A competência do Tribunal restringir-se-á aos crimes mais graves que afetam a comunidade internacional no seu conjunto. Nos termos do presente Estatuto, o Tribunal terá competência para julgar os seguintes crimes: a) O crime de genocídio; b) Os crimes contra a Humanidade; 4 c) Os crimes de guerra; d) O crime de agressão [...]

Por outro lado, a competência do Tribunal também é delimitada em termos temporais (*ratione*

temporis), conforme estabelecido no artigo 11º do Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Esse artigo estipula que o Tribunal só terá competência em relação a crimes cometidos após a entrada em vigor do referido Estatuto (conforme o §1º do artigo 11), e em relação a Estados que se tornem partes após a entrada em vigor, o Tribunal só poderá exercer sua competência em relação a crimes cometidos após a ratificação do Estatuto por esse Estado, a menos que haja uma declaração em contrário (conforme o §2º do artigo 11). É importante ressaltar que essa limitação temporal é fundamentada no princípio da não retroatividade da norma. Vale ressaltar (Santos, 2022, p. 167):

> [...] no que tange à competência do TPI, o art. 12, §2º, alíneas a e b, prelecionam que o Tribunal poderá exercer sua jurisdição quando os crimes sejam cometidos no território de Estados signatários, incluindo-se aeronaves e navios, ou quando a pessoa a quem é imputado um crime seja nacional de um Estado parte do Estatuto, em conformidade com os princípios tradicionais da territorialidade e da nacionalidade.

Os Estados que não sejam signatários do Estatuto de Roma não estão sujeitos à jurisdição do Tribunal Penal Internacional. Para preencher essa lacuna, o artigo 13, alínea b, estabelece que o Tribunal poderá exercer sua jurisdição sobre um Estado que não seja parte do ETPI se o Conselho de Segurança denunciar ao Promotor uma situação na qual haja indícios da ocorrência de crimes internacionais, nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que estabelece a jurisdição universal (ONU, 1945).

Apesar de a possibilidade de o TPI julgar os crimes ocorridos na Ucrânia, os Estados também mantêm o direito de fazê-lo, já que o Estatuto de Roma considera o tribunal como complementar às jurisdições nacionais (art. 1º).

Em maio de 2022, o sargento russo Vadim Shishimarin foi condenado por um tribunal ucraniano por crime de guerra, referente ao assassinato de um civil, recebendo uma sentença de prisão perpétua (Alamino, 2023, p 80. Apud Treisman, 2022). De igual maneira, o Estado Russo realiza vários processos contra ucranianos, todavia, tem-se alta nebulosidade nos julgamentos.

Existe também, o princípio da jurisdição universal, que reconhece a possibilidade de os Estados, devido à falta de movimentação do estado nação vigente, realizar atos sem que exista a necessidade de possuírem alguma ligação. De acordo com (Reuters, 2022):

> Esta jurisdição universal condicionada pode ser vista, por exemplo, na lei francesa, que autoriza este país a julgar crimes cometidos contra vítimas de nacionalidade francesa, o que levou a um promotor abrir três investigações sobre possíveis crimes de guerra contra cidadãos franceses nas cidades ucranianas de Mariupol, Gostomel e Chernihiv, cometidos entre os dias 24 e 16 de março de 2022.

Vale ressaltar que a Rússia em 2016, criando assim uma instabilidade jurídica, sendo anunciada pelo Kremilin ao comitê da ONU, sendo assinado por ela porém nunca ratificado, perdendo sua eficácia, Putin alega que o TPI é improdutivo e que gastam muitos recursos.

É relevante destacar que os Estados signatários do ETPI têm a obrigação de cooperar integralmente com o Tribunal durante as investigações e julgamentos de crimes sob sua competência.

Além disso, é essencial garantir que o sistema jurídico interno contemple procedimentos aplicáveis a todas as formas de cooperação delineadas no Estatuto.

3.1 TRATADO INTERNACIONAL REFERENTE A CRIMES DE GURRA

Quanto à sua estrutura, o Tribunal Penal Internacional é formado por quatro órgãos principais. A Presidência, composta por três juízes, é responsável pela gestão administrativa do Tribunal. As Câmaras, divididas em três seções (Questões Preliminares, Primeira Instância e Apelações), tratam dos processos judiciais em suas diferentes fases (Schabas, 2021, p, 152). Já a Promotoria, um órgão autônomo, atua na investigação e na acusação dos crimes de competência do Tribunal. Por fim, o Secretariado oferece o suporte necessário para o funcionamento das demais instâncias.

Cabe destacar os princípios fundamentais que orientam a atuação do tribunal, em especial os de complementariedade, cooperação e o chamado 'Kompetenz-Kompetenz'. O princípio da complementariedade, já estabelecido no primeiro artigo do Estatuto de Roma, revela-se claramente nos critérios para admissibilidade de casos perante o tribunal. Como bem observa (Steiner 2022, p.7): “a jurisdição do TPI é concorrente com a dos Estados. Diferentemente dos tribunais *ad hoc* criados por resoluções do Conselho de Segurança da ONU, o TPI não possui jurisdição primária sobre os sistemas nacionais." Deste modo abre-se um abismo jurídico referente a Putin, (Castro, 2024, p. 7) no qual países signatários não podem atuar de maneira incisiva sem gerar uma crise diplomática.

No contexto do conflito entre Rússia e Ucrânia, a admissibilidade do caso perante o Tribunal Penal Internacional (TPI) apresenta fundamentos jurídicos claros (Castro, 2024, p. 7). O tribunal tem competência para atuar quando os Estados envolvidos demonstram incapacidade ou falta de vontade para investigar e processar crimes internacionais de forma genuína – exatamente o que se verifica nesta situação.

Por um lado, a Ucrânia, como Estado diretamente afetado pelo conflito em seu território, enfrenta obstáculos concretos para conduzir investigações completas e imparciais durante um cenário de guerra. Por outro, (Castro, 2024, p. 7) a Rússia não apenas se recusa a cooperar com qualquer apuração internacional, como também demonstra total desinteresse em realizar procedimentos internos sobre as alegações contra suas próprias autoridades, incluindo seu presidente.

Essa conjuntura atende plenamente aos requisitos do artigo 17.1(a) do Estatuto de Roma (Brasil, 2002), que prevê a admissibilidade de casos quando o Estado com jurisdição primária estiver "inativo" ou "ineficaz" na persecução penal Castro, 2024, p. 7). A gravidade dos crimes alegados – com indícios robustos envolvendo altos escalões do governo russo – reforça a necessidade de intervenção do TPI como mecanismo de justiça complementar.

Portanto, diante da inércia russa e das limitações ucranianas, o TPI surge como instância legítima e necessária para assegurar que tais crimes não fiquem impunes, cumprindo assim seu papel fundamental no sistema de justiça penal internacional.

3.2 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E OS CRIMES RUSSOS

A guerra custou a vida de milhares de militares e civis, tendo um profundo impacto na esfera geopolítica, econômica, política e identitário, desta maneira De acordo com os registros oficiais das Nações Unidas, no período de fevereiro a outubro de 2022, 6.306 civis perderam a vida e 9.602 ficaram feridos em toda a Ucrânia (ONU, 2022). Surpreendentemente, contrariando as intenções de Putin de proteger o chamado "mundo russo", a região russófona no Leste, que foi o epicentro dos ataques, sofreu o maior número de vítimas. Um total de 3.327 civis foram mortos nas áreas do Donbass controladas pelo governo ucraniano, e 411 perderam a vida nas áreas controladas por grupos pró-Rússia em cooperação com as forças russas. Como aponta a comissão de investigação o foco de investigação foi:

> A Comissão até o momento realizou investigações nas províncias de Kyiv, Chernihiv, Kharkiv e Sumy, concentrando-se nos eventos ocorridos em fevereiro e março de 2022, conforme especificado na resolução S-34/1 do Conselho de Direitos Humanos. A Comissão focou no comportamento durante a condução das hostilidades, incluindo o uso de armas explosivas e a destruição de hospitais e escolas, bem como em violações da integridade pessoal, como execuções, tortura e maus-tratos, confinamento ilegal e violência sexual e baseada em gênero. Também investigou violações que afetam crianças. Durante sua investigação, a Comissão constatou que violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, assim como crimes relacionados, foram cometidos em todas as províncias nas quais concentrou suas ações até agora. ONU, 2022

É importante observar que as autoridades ucranianas apresentam números substancialmente maiores, e se considerarmos também as baixas entre militares, o número total pode chegar a dezenas de milhares. O Ministério da Defesa da Ucrânia alega que cerca de 9.000 militares ucranianos perderam a vida até setembro (UKRINFORM, 2022), enquanto as autoridades russas afirmam que esse número superou 60.000 (BBC, 2022). O ex-prefeito de Mariupol enfatiza que durante o cerco à cidade, pelo menos 10.000 civis perderam a vida (Ferraro, 2022, pg. 7 Karmanau et al., 2022).

A situação nos territórios ocupados, especialmente em Kherson, Zaporizhzhia, Donetsk e Luhansk, apresenta desafios significativos para a análise, devido à politização do conflito e às restrições que dificultam o acesso de jornalistas independentes a essas áreas. No entanto, algumas observações cruciais podem ser feitas.

Embora o Kremlin tenha declarado inicialmente sua disposição para negociações no início do conflito e alegado que a Ucrânia abandonou as discussões sob pressão dos EUA, desde o início da invasão surgiram indícios de que as verdadeiras intenções de Putin eram contrárias ao direito da Ucrânia de existir como Estado e nação. Assim que cidades como Kherson, Melitopol e Mariupol foram ocupadas, houve a remoção de bandeiras e símbolos nacionais ucranianos de edifícios governamentais e espaços públicos. Placas em ucraniano foram substituídas por placas em russo, passaportes russos passaram a ser emitidos para a população local, a moeda russa foi introduzida na economia e o currículo escolar foi rapidamente substituído pelo programa russo, controlado por Moscou (Ferraro, 2022).

Qualquer forma de protesto contra a ocupação foi reprimida (Prentice E Zinets, 2022) e autoridades e jornalistas que se opuseram enfrentaram perseguição (Reporters Without Borders, 2022). Em apenas seis meses, mais da metade da população de Kherson, ou seja, mais de 500 mil cidadãos, deixaram a região (TSN, 2022). Ficou claro desde o início que havia um plano para cooptar as autoridades locais e promover movimentos separatistas fictícios, em vez de uma ocupação temporária para pressionar a Ucrânia a cumprir as demandas de Moscou. Para a Ucrânia, a guerra tornou-se uma questão de sobrevivência nacional.

Relatos alarmantes de violações dos direitos humanos surgiram nas zonas ocupadas. Autoridades e organizações não governamentais ucranianas alegam que pais foram coagidos, ameaçados e subornados com recursos financeiros para enviar seus filhos para escolas com currículos russos. Professores que não eram leais à ocupação sofreram repressão, incluindo sequestros (Deyna, 2022). Também acusam a Rússia de deportar cerca de 1,2 milhão de ucranianos para a Rússia e outras zonas ocupadas, principalmente do Donbass, incluindo 240 mil crianças (HRW, 2022). Alegam que a Rússia está usando a remoção da população ucraniana das áreas ocupadas, sob o pretexto de protegê-las de uma contraofensiva de Kiev, como uma estratégia de russificação e consolidação do controle territorial Rudenko (2022).

A *Human Rights Watch* emitiu um relatório detalhando os crimes de guerra cometidos por Moscou, incluindo deportações forçadas e o estabelecimento de campos de "filtração", onde ycivis são submetidos a uma rigorosa inspeção, incluindo coleta de dados biométricos, revistas e interrogatórios sobre suas opiniões políticas HRW (2022). A organização também investigou alegações de tortura contra civis e militares HRW (2022) e o uso de munições proibidas por convenções internacionais, como bombas de fragmentação HRW (2022). Houve relatos de massacres de civis em várias áreas ocupadas, com destaque para os incidentes em Bucha (ANISTIA, 2022), na região de Kiev, e em Mariupol, (ANISTIA, 2022), no Donbass. Além disso, a Anistia Internacional também denunciou práticas do exército ucraniano que colocaram em risco civis, como o posicionamento de tropas e munições em áreas urbanas densamente povoadas (Ferraro, 2022, apud ANISTIA, 2022).

Seu relatório enfrentou críticas significativas na Ucrânia e no Ocidente (Hopkins e Gibbons-neff, 2022; HAYDA, 2022), destacando como a polarização em torno do conflito tem dificultado a atuação de organizações de direitos humanos. Houve relatos de abusos contra prisioneiros de guerra, tanto cometidos pela Rússia (ANISTIA, 2022) quanto pela Ucrânia (ANISTIA, 2022; HRW, 2022).

3.3 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E OS CRIMES UCRANIANOS

Referente a Ucrânia, existem evidencias de crimes de guerra contra soldados aprisionados russos. O Direito Internacional Humanitário, consagrado nas Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais, proíbe expressamente ataques contra civis e infraestruturas não militares em conflitos armados. No entanto, diversos relatos documentados indicam graves violações desses princípios em localidades como Russkoye Porechnoye e Sudzha, sob controle russo, (Pitillo, 2025, p.1), onde ataques atribuídos às forças ucranianas teriam atingido áreas residenciais e infraestruturas civis, incluindo escolas e hospitais, com suposto uso de armamentos ocidentais, resultando em numerosas vítimas civis.

Tais alegações, se confirmadas por investigações independentes, configurariam violações do Artigo 51(2) do Protocolo Adicional I, que proíbe ataques intencionais contra populações não combatentes (OHCHR, 2023). Chama atenção a discrepância na cobertura midiática internacional desses incidentes, que receberam proporcionalmente menos atenção do que as ações russas documentadas em outras regiões, levantando questões sobre narrativas seletivas em conflitos armados (Pitillo, 2025, p.1). Organizações como a ONU têm enfatizado a necessidade de investigações imparciais sobre todas as alegações de crimes de guerra, lembrando que o Direito Internacional Humanitário deve ser aplicado de forma equânime a todos os beligerantes.

O Tribunal Penal Internacional, já envolvido no conflito, enfrenta o desafio de apurar esses fatos em meio a acusações mútuas e informações contraditórias. Este cenário ressalta a importância crucial de mecanismos independentes de documentação e a necessidade de supervisão rigorosa sobre o uso de armamentos fornecidos por terceiros países (Pitillo, 2025, p.1), visando assegurar o cumprimento dos princípios de distinção e proporcionalidade que protegem as populações civis em zonas de conflito.

4 NACIONALIDADE UCRANIANA E A REJEIÇÃO PELOS RUSSOS

A fim de fornecer uma base teórica e métrica para compreender como a população ucraniana foi privada de sua liberdade e, ao mesmo tempo, exemplificar a legitimidade do repúdio cívico, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, 2023) conduziu investigações detalhadas para documentar essas atrocidades.

Foi registrada a documentação de que as forças armadas russas detiveram de forma arbitrária 43 civis (35 homens e 8 mulheres) em território ocupado durante o período abordado no relatório. Adicionalmente, também registrou 375 casos (328 homens, 44 mulheres, 2 meninos e 1 menina) de detenções arbitrárias realizadas pelas forças armadas russas antes do período abordado no relatório. (OHCHR, 2023)

Muitos desses civis enfrentaram detenções arbitrárias que se prolongaram por mais de um ano, período durante o qual suas famílias viveram a angústia da falta de informações sobre o paradeiro e o

destino de seus entes queridos. Em muitos desses casos, há suspeitas de que as detenções possam ter resultado em situações de incomunicabilidade ou mesmo desaparecimento forçado.

Neste contexto, também documentou casos de detenção e desaparecimento forçado de civis por parte das forças russas em diversas regiões da Ucrânia. Importante destacar que as autoridades russas não reconheceram oficialmente a detenção dessas pessoas, e as famílias só obtiveram informações por meio de ex-detentos que entraram em contato após serem liberados.

Durante o período de relatório, o Serviço de Segurança da Federação Russa (FSB) deteve de forma arbitrária 18 homens civis e 3 mulheres civis na Crimeia. Vários desses incidentes suscitam preocupações de detenção incomunicável ou até mesmo desaparecimento forçado (ONH, 2023).

Além disso, foram registrados casos de transferência forçada de civis de territórios ocupados para a Crimeia, com relatos de tortura e detenções sem acusações formais em algumas situações.

Ao evidenciar também recebeu queixas relacionadas à falta de assistência médica adequada nas instalações de detenção na Crimeia e na Federação Russa, resultando na morte de detidos devido à negligência médica.

Em junho de 2023, o presidente da Federação Russa promulgou emendas ao Código de Infrações Administrativas da Rússia, permitindo detenções administrativas de até 30 dias por violação da lei marcial e a transferência de infratores para territórios onde a lei marcial não foi imposta.

Desde fevereiro de 2022, a (OHCHR, 2023) documentou que as forças de segurança russas detiveram arbitrariamente 996 civis, com muitos casos que podem caracterizar desaparecimento forçado. Destes, 448 foram posteriormente liberados após períodos variados de detenção, 80 foram encontrados mortos com indícios de violência, e 468 permanecem desaparecidos ou detidos de forma arbitrária.

Em território controlado pela Ucrânia, a (OHCHR, 2023) também registrou que as forças de segurança ucranianas detiveram de forma arbitrária quatro mulheres civis e dois homens civis durante o período de relatório. Além disso, houve documentação de 31 casos adicionais de detenção arbitrária por parte das forças de segurança ucranianas que ocorreram antes de fevereiro de 2023.

Conflitos armados frequentemente desempenham um papel significativo na formação de identidades nacionais. Antes da invasão liderada por Putin, havia alguma margem de possibilidade de a Ucrânia retornar à esfera de influência da Rússia, particularmente em cenários de mudança nas elites políticas. No entanto, com a invasão em curso, essas perspectivas praticamente se extinguiram, a menos que ocorra uma anexação completa do território ucraniano.

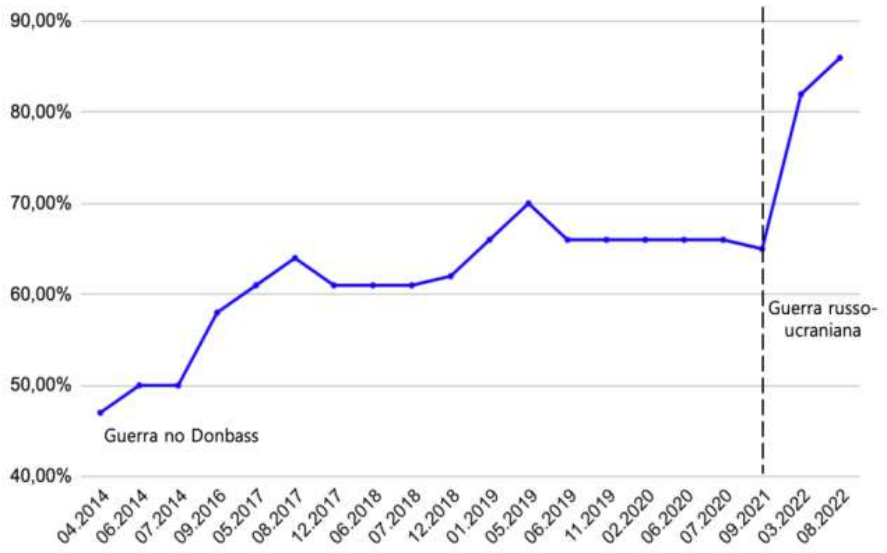
O sofrimento coletivo imposto à sociedade ucraniana como resultado desse conflito pode, paradoxalmente, contribuir para a consolidação de uma identidade nacional ucraniana mais robusta, centrada na oposição à Rússia. Isso é um fenômeno notável, uma vez que, ao longo de sua independência, a Ucrânia não havia alcançado uma identidade nacional tão unificada. Historicamente, vemos diversos exemplos de como as guerras desempenharam um papel crucial no processo de construção de nação e

estado.

O presidente Zelensky e as elites ucranianas têm adotado o discurso da democracia e da integração europeia como uma forma de fortalecer a identidade nacional da Ucrânia em contraste com a Rússia, frequentemente rotulada como um vizinho "tirano" (Zelenskiy, 2022). Entre 2021 e agosto de 2022, houve um notável aumento no número de pessoas que se identificam como cidadãos ucranianos (a média subiu de 7,9 para 9,5 em uma escala de 0 a 10) e como europeus (a média subiu de 3,6 para 5,9), enquanto a identificação como indivíduo soviético diminuiu (a média caiu de 2,9 para 1,5) (Ferraro, 2022, *apud* RATING GROUP, 2022).

Conforme o conflito se prolonga, é possível que as tensões na sociedade ucraniana em relação à Rússia se aprofundem, tal como ocorreu no conflito Israel-Palestina. Pesquisas de opinião pública divulgadas em agosto indicam que 49% da população ucraniana acredita ser impossível restaurar relações amigáveis entre ucranianos e russos, enquanto 29% acreditam que isso só seria possível após 20-30 anos (Ferraro, 2022, *apud* RATING GROUP, 2022). No período de abril de 2021 a agosto de 2022, o percentual daqueles que afirmam ter relações frias com cidadãos russos aumentou de 41% para 81%.

GRÁFICO 1: identificação da nacionalidade ucraniana.



Fonte: FERRARO, V. A guerra na Ucrânia: Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana, Informações obtidas em 27 de outubro de 2023

O conflito trouxe um forte efeito de reprovação referente a questões etnicas referente aos povos envolvidos, reascendendo o medo e o fantasma da era soviética na Ucrânia, neste ponto, Ferraro aponta como a atualidade do conflito está refletindo socialmente no continente velho:

> O conflito levou cerca de milhões de refugiados do Leste e Sul a se estabelecerem, ao menos temporariamente, em outras regiões. Há relatos e denúncias de discriminação contra os deslocados internos (SEREDA E., 2022), mas também há dados que apontam para uma relação harmoniosa. De agosto de 2021 a agosto de 2022, **o percentual daqueles que disseram se relacionar positivamente com ucranianos russófonos cresceu de 37% para 51% (33%**

> **responderam de maneira neutra e 14% fria).** Por sua vez, de março a **agosto o percentual dos que se relacionam com frieza com russos étnicos que vivem na Ucrânia (cerca de 10% da população atual) cresceu de 12% para 29%;** o valor negativo em relação aos cidadãos que vivem nas regiões separatistas do Donbass registrou o recorde de 47%. Só o tempo dirá se a Ucrânia conseguirá se transformar nesse momento de provação e superar antigas divergências que polarizam a sociedade. Tal transformação é fundamental para a sua coesão como Estado. (2022, p. 13, grifo nosso)

Em meio a esse contexto complexo e desafiador, a Ucrânia enfrenta a tarefa de consolidar sua coesão como nação. Os eventos recentes, com a presença de refugiados e as divergências nas relações entre diferentes grupos étnicos, destacam a necessidade de um esforço contínuo para promover a compreensão, a reconciliação e a harmonia dentro do país. O futuro da Ucrânia dependerá da capacidade de suas lideranças e sociedade como um todo em lidar com essas diferenças, construir pontes e fortalecer a unidade em busca de um futuro mais estável e próspero.

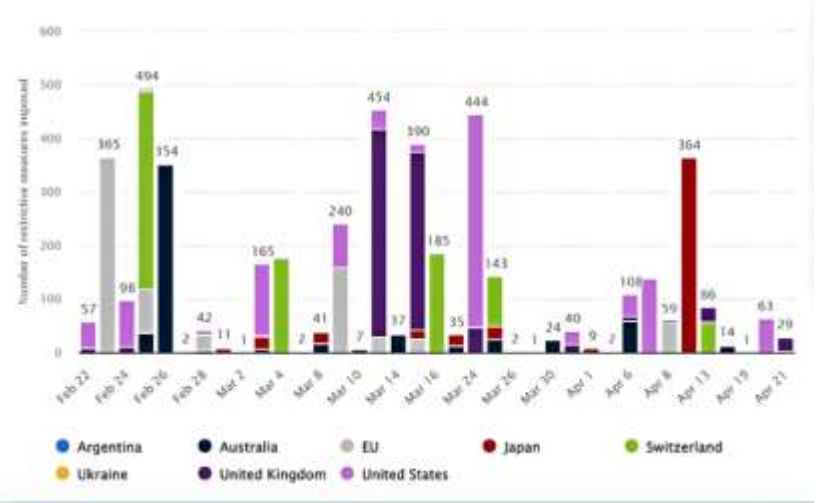
5 DESESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA RUSSA E PERDA DE APOIO RUSSO A PUTIN

Desde 2014, após a anexação da Crimeia e a interferência no Donbass, o Ocidente havia implementado uma série de medidas econômicas restritivas contra a Rússia. Com a invasão em larga escala em fevereiro de 2022, o escopo dessas sanções foi amplamente expandido (Ferraro, 2022. p. 15). Isso incluiu a capacidade da Rússia de efetuar pagamentos internacionais, como a sua exclusão do sistema SWIFT, bem como o setor de exportação de petróleo e gás, incluindo o embargo ao gasoduto *Nord Stream* 2.

Além disso, novas sanções estavam programadas para entrar em vigor. Até o início de outubro, a União Europeia havia adotado oito pacotes de sanções. Nas primeiras semanas do conflito, a economia russa sofreu uma grande turbulência, com a rápida desvalorização do rublo, aumento da inflação e a saída de várias empresas estrangeiras do mercado.

No entanto, ao longo dos meses, a economia russa demonstrou notável resiliência: o rublo se estabilizou, a inflação foi controlada em cerca de 13% (Ferraro, 2022. P. 13 apud BANCO DA RÚSSIA, 2022), e a taxa de desemprego permaneceu historicamente baixa, atingindo 3,8% em agosto de 2022.

Gráfico 3: países que aplicaram sanções a Rússia.



FONTE: Dados retirados do ERIS (DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL), 2022, São Paulo.

Existe um histórico da sociedade russa no controle de crises sócios econômicas, visto sua intima turbulência após a dissolução da URSS. Entre os contrapesos utilizados pela Rússia, estão (Ferraro, 2022. P. 13, apud BANCO DA RÚSSIA, 2022):

> Medidas anticíclicas assertivas do Banco Central, como a alta brusca da taxa de juros de 9,5% para 20%, com reduções graduais ao longo da estabilização até atingir 7,5% em setembro e as restrições ao movimento de capitais.

O Ocidente demorou a impor sanções que afetassem diretamente sua economia. No início da guerra, houve instabilidades nos mercados de *commodities*, mas as quedas nas exportações foram compensadas pela rápida valorização desses produtos. A China e a Índia aumentaram suas importações da Rússia para equilibrar a diminuição das exportações para o Ocidente. Empresas chinesas têm ocupado o espaço deixado pelas empresas ocidentais. Como aponta (HE, 2022):

> Nos primeiros oito meses deste ano, o comércio total de bens entre China e Rússia cresceu 31%, para US$ 117,2 bilhões. Isso já representa 80% do total do ano passado — que atingiu o recorde de US$ 147 bilhões.

Apesar da estabilidade de curto prazo, as perspectivas para a economia russa, sob o impacto das sanções, não são particularmente otimistas. É improvável que o país consiga manter um alto padrão de vida, estimular o crescimento e alcançar benefícios econômicos difusos, ao mesmo tempo em que mantém uma economia de guerra prolongada. A indústria, em particular (Sonin, 2022)., tem sido duramente atingida, com dados de junho indicando uma queda de 40% nas importações de maquinaria, 60% em equipamentos elétricos e 65% em motores para veículos, em comparação com a média do trimestre anterior à invasão. Deste modo, destaca (Uvarchev, 2022):

> Em setembro, a queda desacelerou ligeiramente. No mês, as vendas totalizaram 46,7 mil unidades, 59,6% a menos que em setembro de 2021. Em agosto, as vendas de automóveis e

comerciais leves caíram 62,4% em relação ao mesmo período de 2021 (41,7 mil).

Existe uma escassez de equipamentos e peças. Além disso, a dependência do orçamento federal em relação às exportações de petróleo e gás aumentou novamente: nos primeiros oito meses de 2022, o setor contribuiu com 44% do orçamento, em comparação com 36% em 2021 e 28% em 2020 (Visloguzov, 2022).

De acordo com o BANCO DA RUSSIA (2022) as reservas russas caíram de 630 para 540 bilhões de dólares em fevereiro e outubro. Por outro lado, é cada vez mais evidente uma divisão geracional em relação ao apoio ao regime russo. Enquanto a população mais velha, que constitui a base eleitoral de Vladimir Putin, continua a apoiar suas decisões (com apenas 13% de oposição), seu apoio diminui entre os mais jovens (Levada-center, 2022), onde a oposição atinge 35%. No entanto, é importante notar que a indiferença em relação aos eventos políticos é mais comum entre os jovens desse grupo.

Os jovens têm um acesso maior à internet e são menos propensos a acompanhar os canais de televisão estatais que veiculam a propaganda do Kremlin. Além disso, muitos deles não viveram o caótico período de transição dos anos 1990, portanto, não associam Putin à estabilização e prosperidade (Visloguzov, 2022).

O regime de Putin se sustenta com base em três pilares: repressão política, os ganhos econômicos da década de 2000 (que representaram estabilidade em comparação com a década anterior) e a mobilização ideológica em torno de ameaças internas e externas, como o conceito da "fortaleza sitiada" e o discurso que coloca um trade-off (conflito de ideias) entre democracia e ordem.

Para reforçar a repressão contra opositores e dissidentes, o presidente Putin declarou que o momento era propício para promover a "autopurificação" da sociedade contra a "escória" e os "traidores" aliados do Ocidente (NYT, Putin, 2022). Destacados críticos do regime, como o jornalista Vladimir Kara-Murza e o político opositor Ilya Yashin, foram detidos e enfrentam processos criminais. Além disso, veículos de mídia de oposição foram fechados, e aproximadamente 19 mil manifestantes foram detidos em protestos contra a guerra (OVD-INFO, 2022).

Fazer referências à "guerra", "invasão" e "agressão" pode resultar em multas, censura, sanções administrativas e processos criminais. A imprensa está sob pressão para utilizar o eufemismo "operação militar especial". Em agosto, ocorreu a primeira condenação por difamação das Forças Armadas, na qual um ex-deputado municipal de Moscou foi sentenciado a 7 anos de prisão (Welle, 2022).

Um grupo de apoiadores em importantes meios de comunicação elogia de maneira acrítica as decisões de Putin e pede por uma abordagem mais agressiva na Ucrânia. O símbolo "Z" se tornou um emblema para os defensores dessa abordagem. Figuras proeminentes, como Ramzan Kadyrov e Evgueniy Prigozhin (Meduza, 2022), estão entre os que defendem uma postura mais radical, com Kadyrov sugerindo o uso de armas nucleares de baixa potência e Prigozhin (atualmente falecido) que recrutou prisioneiros para a guerra (G1, 2023).

Em contraponto contra o apoio a guerra, muitas personalidades públicas e membros da alta

sociedade decidiram manifestar sua oposição à guerra desde o início do conflito. Figuras proeminentes da oligarquia russa, incluindo Mikhail Fridman, Oleg Deripaska e Vladimir Lisin, emitiram declarações contrárias à intervenção (Fridman, BBC, 2022).

A abordagem do Kremlin de manter a "operação militar especial" isolada da sociedade, contando apenas com militares profissionais, não teve sucesso. Com a escassez de tropas para manter o controle dos territórios ocupados e enfrentar o contra-ataque ucraniano, Putin decretou uma mobilização nacional "parcial" de 300 mil reservistas.

De acordo com Meduza (2022) “A medida trouxe impopularidade: algumas cidades presenciaram protestos, houve casos de ataques a repartições das comissões/ juntas militares e centenas de milhares deixaram o país”. Deste modo (LEVADA-CENTER, 2022, grifo nosso) salienta:

> Enquanto em agosto 37% viam a guerra com muita preocupação, em setembro o percentual saltou para 56%, o maior nível registrado. **A popularidade de Putin presenciou a sua primeira queda substancial desde fevereiro, de 83% para 77% O percentual dos que defendem negociações para a paz (48%) ultrapassou o percentual dos que defendem a continuidade das operações militares (44%), pela primeira vez.** Já os sentimentos de tensão, irritação, medo e tristeza na sociedade saltaram de 21% em julho para 47% em setembro patamar característico dos conturbados anos 1990.

Nesse contexto, é evidente uma vulnerabilidade do governo russo, que poderia se transformar em um ponto de instabilidade significativa no regime de Putin, oferecendo ao Ocidente uma oportunidade ainda maior de apoio às forças ucranianas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo central investigar os crimes de guerra cometidos pela Rússia no conflito com a Ucrânia, analisando as consequências jurídicas desses atos e a eficácia das condenações nos tribunais internacionais. Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que os objetivos propostos foram alcançados, conforme demonstrado pelas evidências coletadas e analisadas.

Em primeiro lugar, identificaram-se os crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos pelas forças russas, documentados por organizações internacionais como a ONU e a OHCHR. Esses crimes incluem execuções sumárias, tortura, deportações forçadas e ataques a civis e infraestruturas não militares, violando claramente o Estatuto de Roma e outros instrumentos do direito internacional humanitário.

Em segundo lugar, analisou-se o abismo jurídico decorrente do fato de a Rússia não ser signatária do Estatuto de Roma, o que limita a atuação do Tribunal Penal Internacional (TPI). Apesar disso, verificou-se que o TPI possui mecanismos para exercer jurisdição, como a intervenção do Conselho de Segurança da ONU ou a aplicação do princípio da complementariedade. No entanto, a eficácia desses mecanismos é questionável diante da complexidade política e da resistência russa em cooperar com as investigações.

Além disso, o estudo destacou as consequências humanitárias e socioeconômicas do conflito, incluindo o deslocamento forçado de milhões de ucranianos, a destruição de cidades e a polarização da sociedade ucraniana em torno de uma identidade nacional distinta da russa. Economicamente, as sanções ocidentais impactaram a Rússia, mas sua economia demonstrou resiliência, apoiada por alianças com países como China e Índia, neste sentido, a Rússia conseguiu desviar-se das sanções impostas pelo ocidente, como consequência, dificultando a resolução do conflito por maneiras econômicas.

Por fim, avaliou-se a resposta internacional, concluindo que, embora haja esforços para responsabilizar os perpetradores, a justiça internacional enfrenta desafios significativos, como a politização do conflito e a falta de cooperação de um dos principais atores envolvidos. A pesquisa reforçou a necessidade de maior cooperação internacional para fortalecer os mecanismos de justiça e prevenir futuras violações.

Em síntese, este trabalho não apenas alcançou seus objetivos, mas também destacou a importância do direito internacional como ferramenta para promover justiça e *accountability* em cenários de conflito. Apesar das limitações, a comunidade internacional deve continuar buscando soluções coletivas para garantir que crimes de guerra não fiquem impunes, assegurando um futuro mais justo e seguro para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ANISTIA Internacional. **Russia/Ukraine: Prisoners of war must be protected from public curiosity under Geneva Convention**. 03.2022. Available in: Prisoners of war in the Russian invasion of Ukraine must be protected (amnesty.org) accessed on October 26, 2023.

Estatuto de Roma. Ver ainda William A. Schabas. An Introduction to the International Criminal Court. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BRASIL. [**Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002**]. Brasília, DF: Presidência da República. 2024. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em 20/09/2024.

FERRARO, V. A guerra na Ucrânia: Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. **Scielo.com.** submetido em: 20 de outubro de 2022, aprovado em 03 de novembro de 2022

FRIDMAN, Dvorkovich - kto yeshche v rossiyskoy elite osmelilsya vyskazat'sya protiv voyny? [Fridman, Dvorkovich - quem mais na elite russa se atreveu a falar contra a guerra?]. **BBC, 17.03.2022**. Available in: Фридман, Дворкович - кто еще в российской элите осмелился высказаться против войны? - BBC News Русская служба. Accessed on November 07, 2023.

FISHER, M. Word by Word and Between the Lines: A Close Look at Putin’s Speech. **The New York Times**, 23 de fevereiro de 2022.

HAYDA, J. **Amnesty International's report criticizing Ukraine is dividing the rights group.** NPR, 05.08.2022. Available in: Amnesty International: Ukraine risks civilian lives by positioning troops nearby : NPR. accessed on October 26, 2023.

HE, L. 3 ways China and Russia are forging much closer economic ties. **CNN, 15.09.2022.** Available in: 3 ways China and Russia are forging much closer economic ties | CNN Business. accessed on October 27, 2023.

HOPKINS, V; Gibbons-Neff, T. Amnesty International Assessment That Ukraine 'Put Civilians in Harm's Way' Stirs Outrage. **NYT,** 07.08.2022. Available in: Amnesty International Assessment Stirs Outrage Over Ukraine Civilians - The New York Times (nytimes.com). accessed on October 26, 2023.

VICENTE. Ferraro. **A guerra na Ucrânia:** Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. Scielo.com**.** submetido em: 20 de outubro de 2022, aprovado em 03 de novembro de 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Felipe/Downloads/Ferraro,+Vicente.+The+War+in+Ukraine+-+An+analysis+of+the+conflict+and+its+impacts+on+Russian+and+Ukrainian+societies+-+preprint%20(1).pdf.

ONU. Independent International Commission of Inquiry on Ukraine. **Distr.:** General 18 October 2022 Original: English. Seventy-seventh session. Agenda item 68 (c). Available in:N2263772.pdf. accessed on October 26, 2023.

ONU [OHCHR]. **Ukraine:** civilian casualty update 17 October 2022. 17.10.2022. Available in: Ukraine: civilian casualty update 17 October 2022 | OHCHR| OHCHR. Accessed on October 26, 2023

OVD-INFO. **Número de detidos em protestos antiguerra**. 10.2022. Home | OVD-Info. accessed on October 28, 2023.

PITILLO, Joao Claudio Platenik. **Os crimes das Forças Ucranianas e o silêncio da mídia no ocidente coletivo** : Tribunal Penal Internacional deveria prestar atenção às atrocidades do exército ucraniano. Publicado em: 12/03/2025, disponível em: https://revistaforum.com.br/debates/2025/3/12/os-crimes-das-foras-ucranianas-silncio-da-midia-no-ocidente-coletivo-por-joo-claudio-platenik-pitillo-175570.html.

PRENTICE, A; ZINETS, N. **Russian forces disperse pro-Ukraine rally, tighten control in occupied Kherson. Reuters**, 27.04.2022. Available in: Russian forces disperse pro-Ukraine rally, tighten control in occupied Kherson | Reuters. October 26, 2023.

Qual é o maior país do mundo em extensão territorial? **National Geographic Brazil.** Publicado em 11 de abril de 2023. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/viagem/2023/03/qual-e-o-maior-pais-do-mundo-em-extensao-territorial. Acessed on april 14, 2024.

LEVADA-CENTER. **Sanktsii Zapada** [Sanções ocidentais]. 08.06.2022. Available in: Levada Center: Western sanctions. accessed on October 28, 2023.

REUTERS. **France opens inquiries over possible war crimes in Ukraine**. April 5, 20228:11 AM GMT-3Updated 2 years ago. Available in: France opens inquiries over possible war crimes in Ukraine | Reuters

SANTOS; E. G. ESTUDOS CONIMBRICENSES DE DIREITO PÚBLICO.volume 2 [recurso eletrônico] / Ednan Galvão Santos (Org.) **-- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.** ISBN: 978-65-5917-624-3. Disponivel em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Estudos-conimbricenses-de-Direito-Publico_v.2.pdf#page=156.

SONIN, Konstantin. Russia's crony capitalism disincentivises economic reform, says Konstantin Sonin. **The Economist, 05.09.2022.** Available in Russia's crony capitalism disincentivises economic reform, says Konstantin Sonin (economist.com) November 07, 2023.

TREISMAN, Rachel. A Russian soldier is sentenced to life in prison in Ukraine's first war crimes Trial. [S. l.], **23 maio 2022. In: NPR**. Special Series: Ukraine invasion – explained. Available in: tpi internacional.pdf.

UKRAINA **poteryala na voyne devyat' tysyach zashchitnikov -** Minoborony [Ucrânia perdeu nove mil defensores na guerra - Ministério da Defesa]. UKRINFORM, 09.2022. Available in: Онлайн казино Украины для игры на реальные деньги (гривны): рейтинг топ сайтов (ukrinform.ru). accessed on October 26, 2023.

UVARCHEV, L. Prodazhi novykh avtomobiley v Rossii sokratilis' pochti na 60% za devyat' mesyatsev [Vendas de carros novos na Rússia caíram quase 60% em nove meses]. **Kommersant**, 06.10.2022. Available in: Продажи новых автомобилей в России сократились почти на 60% за девять месяцев – Коммерсантъ (kommersant.ru) accessed on October 28, 2023.

VISLOGUZOV, Vadim. Leto v defitsite [Verão em déficit]. **Kommersant, 12.09.2022.** Available in: Лето в дефиците – Коммерсантъ (kommersant.ru) accessed on October 28, 2023

ZELENSKIY, Volodymyr. Demokratiya mozhet proigrat' na Yevropeyskom kontinente, yesli slova ne budut podkreplyat'sya deystviyami [A democracia pode perder no continente europeu se as palavras não forem acompanhadas de ações]. **Site oficial do presidente da Ucrânia**, 2023. Disponível em: https://www.president.gov.ua.